

1 ATA DA 28ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DA BACIA HIDROGRÁFICA DO MÉDIO
2 PARAÍBA DO SUL – CBH-MPS, realizada no dia 28 de novembro (terça-feira), com início às
3 13:00h e término previsto para as 16:30h, no Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Volta
4 Redonda (SAAE-VR), situado à rua Lucas Evangelista, nº 643, Aterrado - Volta Redonda/RJ
5 (conforme relação de presença no final desta ata). Teve início a reunião presidida pelo
6 Presidente do CBH-MPS Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ) com a seguinte ordem do dia: 1.
7 **Abertura; 2. Aprovação da ata da 13ª Reunião Plenária Extraordinária; 1. Atualização**
8 **referente ao projeto desenvolvido pelo CBH-MPS no Programa de Educação Ambiental**
9 **do CEIVAP; 2. Dinâmica do rio que temos e rio que queremos; 3. Aprovação da**
10 **Resolução CBH-MPS Nº XX/2017 que aprova o calendário de reuniões para 2018; 4.**
11 **Aprovação da Resolução CBH-MPS Nº XX/2017 que aprova reajuste do PPU; Pauta**
12 **incluída: Resolução que aprova ajuda de custo para poder público e usuários em tempos**
13 **de crise; Pauta incluída: Alteração da Resolução 63 de 2017; 5. Reativação, com**
14 **definição de membros do GT Educação Ambiental; 6. Definição dos 3 membros para**
15 **compor Comissão julgadora do Concurso de Fotografia; Pauta incluída: ajuda de custo**
16 **para a participação da câmara técnica na plenária; Pauta incluída: participação no Fórum**
17 **Mundial; 7. Assuntos Gerais; 8. Encerramento; 1. Abertura;** José Arimathéa Oliveira (IFRJ),
18 iniciou a reunião informando aos membros que essa é a última reunião plenária do ano e
19 apresentando aos presentes as demandas que chegaram depois da elaboração da
20 convocatória que foram incluídos na pauta para avaliação dos membros. Um desses itens é a
21 posse da Universidade Severino Sombra (USS), já tendo cumprido as obrigações regimentais;
22 Outro ponto é a definição de membros para a participação no Fórum Mundial da Água;
23 Resolução sobre ajuda de custo para a participação da câmara técnica na plenária; e por fim,
24 uma alteração da Resolução 63 de 2017. O presidente solicitou que o grupo já iniciasse a
25 plenária avaliando a pertinência de inserir esses quatro pontos de pauta já que está é a última
26 reunião de 2017. Não havendo manifestação contrária a solicitação foi aprovada. 2.
27 **Aprovação da ata da 13ª Reunião Plenária Extraordinária;** Após algumas considerações a
28 ata foi aprovada por unanimidade. 1. **Atualização referente ao projeto desenvolvido pelo**
29 **CBH-MPS no Programa de Educação Ambiental do CEIVAP;** A Srª. Flávia Cristina Pires
30 (INB), começou agradecendo ao presidente e ao diretório pela oportunidade de poder
31 apresentar o projeto de educação ambiental do CBH-MPS Caravana das Águas Médio Paraíba
32 em Foco. A vice presidente informou que esse projeto é resultado de um curso oferecido pelo
33 Ceivap consolidado pela Consominas Engenharia, no qual ela e a Srª. Vera Lúcia Teixeira
34 (Nosso Vale! Nossa Vida!), foram inscritas. Flávia ainda explicou que o projeto é como se fosse
35 um Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), e ainda informou que anualmente é aberto para
36 todos interessados que sejam da região da bacia do rio Paraíba do Sul. Sobre o trabalho, a
37 vice presidente informou que no caso desse projeto entrou como Comitê e não como
38 município, foi solicitado que dois representantes do CBH-MPS entrassem nesse curso. Flávia
39 explicou que o projeto ficou dividido em dois componentes: o primeiro Caravana das Águas; e o
40 segundo Médio Paraíba em Foco; a vice presidente explicou que são dois nomes fantasias
41 grandes componentes do projeto. Seguindo a apresentação a Srª. Flávia explicou que o
42 objetivo maior do projeto é fortalecer o Comitê, torná-lo mais visível à sociedade e levá-lo para
43 onde ele for. Além de promover debates sobre as questões dos recursos hídricos dessa área
44 da bacia, identificar responsáveis pelas ações – quais são os maiores problemas e quem são
45 os responsáveis para resolver esses problemas e as ações necessárias. Segundo a vice-
46 presidente o projeto é voltado para atuação prática e lógica de debates e diálogos sobre as



47 questões da água na nossa região. A Sr^a. Flávia informou que o público alvo são os jovens,
48 principalmente para os alunos do ensino médio e superior oportunizando ações e
49 manifestações e um engajamento com objetivo de fazer com que esse público alvo se envolva
50 em questões ambientais, possibilitando que esse jovem futuramente possa ser um membro do
51 Comitê. Flávia explicou que o programa é de educação ambiental com todos com todos os
52 princípios, mas antes de tudo esse propõe ações de cidadania sem intenção de levar
53 conhecimento pronto e nem conscientizar, mas sim de propor debates e trazer os jovens para o
54 Comitê. Segundo a vice-presidente o plano de trabalho está dividido em cinco etapas a
55 primeira é apresentar o projeto e conseguir a fonte de recurso; a segunda é articular com as
56 instituições de educação do município; definir os cinco municípios participantes escolhido
57 através de um sorteio; fechar a agenda das cinco inserções; contratar dois instrutores de
58 educação e dois auxiliares – Flávia ainda fez questão de contar que todo esse investimento já
59 está orçado em uma planilha. O segundo componente, de acordo com a Flávia, é a Caravana
60 das Águas, que vai ser realizado como uma oficina respeitando os conteúdos programáticos
61 que já estão definidos. A vice-presidente ainda apresentou à plenária alguns exemplos. A ideia
62 é que apresentação seja feita de forma teatral usando essa linguagem permitindo uma maior
63 interação. De acordo com a Flávia os pontos principais que serão trabalhados serão o rio
64 Paraíba do Sul, apresentando seu curso e história, também será apresentado a questão a
65 atuação do Comitê e a Política nacional das Águas e por fim, o esgotamento sanitário que é
66 algo que nós já estamos trabalhando há um tempo. No fim da caravana será apresentado a
67 terceira etapa que é o Médio Paraíba do Sul Em Foco, que é o recebimento de contribuições
68 de educomunicação e avaliação de material e retorno aos participantes. A proposta é que os
69 participantes ao realizar seus trabalhos de educomunicação encaminhe ao Comitê para que
70 seja avaliado e o estudante tenha um retorno, e quando pronto, esse trabalho vai ser publicado
71 no site do CBH-MPS, dando a oportunidade do participante ser um protagonista e
72 estrategicamente dando mais visibilidade ao site. A quarta etapa é a realização da oficina para
73 fechar o projeto avaliando e construindo de forma participativa as propostas de continuidade. A
74 quinta etapa é a elaboração dos relatórios das atividades de cada evento, além do relatório
75 final do projeto. A Sr^a. Flávia ainda apresentou o cronograma com uma previsão de 13 meses
76 para um ano de trabalho, utilizando como material o Atlas. O Sr. José Arimathéa Oliveira
77 (IFRJ), agradeceu a apresentação da Flávia e salientou que o Comitê vem tentando desenhar
78 um projeto institucional de educação ambiental e a ideia é tentar fazer um link com os projetos
79 e as ações que já estão acontecendo, esse projeto é uma forma de trabalhar usando as ações
80 e conclusões da oficina de Raio X de esgotamento usando o Atlas como ferramenta de
81 trabalho para a difusão da gestão das bacias, objetivando das sequencia as ações para colher
82 bons frutos. **2. Dinâmica do rio que temos e rio que queremos;** O presidente passou a
83 coordenação das atividades para a Sr^a. Carin von Muhler (UERJ), que propôs uma dinâmica
84 que está sendo desenvolvido pela Câmara Técnica com o tema: O rio que temos e o rio que
85 queremos. A Sr^a. Carin explicou que a ideia central dessa dinâmica é se apropriar enquanto
86 membros do Comitê das tomadas de decisões, participando dos processos. Segundo ela no
87 processo de revisão do plano de bacia os membros são as pessoas mais indicadas para tratar
88 desse assunto de forma técnica. A proposta da dinâmica de acordo com a coordenadora é que
89 cada membro escreva nos post-it que foram distribuídos as demandas de acordo com o
90 município no qual o membro atua e/ou vive. Na primeira etapa, Carin solicitou que os membros
91 escrevessem sobre a atual situação do rio os pontos positivos e negativos. Já na segunda
92 etapa foi solicitado que os membros apontassem quais são os anseios de melhoria e boas



práticas para um rio mais saudável. Ao final da dinâmica a coordenadora explicou que o objetivo é fazer com que os membros enxerguem a realidade de cada município e assim estrategicamente usar isso como uma ferramenta que deve ser trabalhada em cima dessas ideias para a construção de um plano de bacias com mais força. **Pauta incluída: Posse da Universidade Severino Sombra (USS);** O presidente convidou os representantes da Universidade Severino Sombra (USS), que tomaram posse neste dia como suplentes do Comitê. O presidente agradeceu a presença e a participação da universidade frisando que há o maior desafio do Comitê é entregar às futuras gerações um rio melhor ou pelo menos igual ao que nos foi entregue. O professor Sr. Cleber Paschoal (USS), disse que quando recebeu o convite para participar da reunião realizada em Rios das Flores ele pode ver várias instituições de ensino dentro da atuação do Comitê e viu a necessidade de fazer parte com objetivo de colaborar. Cleber ainda contou que ao procurar o presidente da instituição e falar sobre o Comitê, o mesmo disse que haveria uma possibilidade de poder fazer parte. A Sr^a. Márcia (USS), enfatizou que ela tem um envolvimento muito grande nas questões socioambientais, e garantiu que se sente motivada pelo conhecimento que é adquirido através do Comitê têm uma necessidade muito grande de ser disseminado. E em nome da universidade disse que se sente muito honrada de fazer parte de uma organização tão séria e comprometida com o meio ambiente. E ainda colocou à disposição do Comitê a universidade em caso de organização de eventos, reuniões. O Sr. Paulo Cassino (USS), disse que foi a vontade de progredir que a universidade se uniu ao Comitê. Segundo ele a USS está muito interessado em fazer parte dos projetos que o Comitê desenvolve, e para unir esforços se colocam disposição a fim de colaborar. O presidente aproveitou a oportunidade para apresentar ao plenário o projeto do professor Paulo Cassino, o livro: Interferência antrópica na bacia hidrográfica do rio Paraíba do Sul – Problema e soluções, afirmando que o projeto tem tudo a ver com a essência do Comitê.

3. Aprovação da Resolução CBH-MPS Nº XX/2017 que aprova o calendário de reuniões para 2018; Arimathéa disse que o Comitê tem previsto para o próximo ano quatro reuniões ordinárias e a princípio 6 reuniões da Câmara Técnica e 6 reuniões de diretoria previstas nas agendas de atividades. O presidente ainda explicou que todas essas reuniões são ordinárias, as extraordinárias são demandadas ao longo do ano. Ele ainda contou que a primeira reunião plenária irá acontecer em fevereiro, e as demais são em maio, agosto e novembro, seguindo a mesma linha dos anos anteriores. A Sr^a Carin von Muhler (UERJ), questionou sobre todas as reuniões serem todas às terças-feiras e Arimathéa disse que as reuniões da Câmara Técnica poderá ser realizada às quintas-feiras e a reunião plenária será revezada entre terça e quinta-feira. Após a leitura artigo 24 do anexo 1 (um) da resolução que aprova o calendário de reunião do Comitê, os membros concordaram com as modificações.

4. Aprovação da Resolução CBH-MPS Nº XX/2017 que aprova reajuste do PPU; O Sr. Arimathéa disse que durante a última reunião foi realizada uma consulta com a Moema Versiani (INEA), e segundo ele existe uma preocupação de ser criado um mecanismo de revisão do preço para consequentemente gere um grande impacto para os usuários, e depois de algumas análises, para que não haja um impacto direto em cima do usuário essa alteração será realizada em 2019 não em 2018 como estava sendo previsto. De acordo com o presidente a Moema Versiani (INEA), fez uma nota técnica para o Comitê de acordo com a correção do IGPN da Fundação Getúlio Vargas, explicando recomposição do a Preço Público Unitário para o período de 2014 a 2017, e segundo os estudos, a variação de preço que hoje é de 0,4 centavos por metros cúbicos, passaria a 0,5 centavos – um aumento de 25% no valor, ainda na faixa de correção. Arimathéa colocou a questão para avaliação da plenária, explicando que para não haver um impacto



139 direto aos usuários, tendo em vista que em 2017 já houve um aumento, a proposta é que esse
140 aumento seja realizado em 2019. O presidente informou que o Conselho Nacional de Recursos
141 Hídricos está estudando uma resolução para que haja um fator de correção automático nos
142 preços em função dos índices oficiais. Em seguida o presidente fez a leitura da resolução que
143 aprova o aumento e foi aberto para votação. O Sr. Antônio Carlos Simões de S. Filho (CSN),
144 disse que se sente muito confortável em falar sobre esse assunto, pois apesar de ser usuário a
145 instituição na qual ele representa não paga pela metodologia do PPU do Comitê e sim pelo
146 preço do CEIVAP. Ele ainda afirmou que sentiu preocupado quando viu esse proposta de
147 aumento de 25% para 2018, pois na verdade seria um aumento de 150% no intervalo de um
148 ano, e nós como usuários sabemos que por menor que seja o valor da conta esse aumento é
149 assustador. Simões disse que uma preocupação é que qualquer usuário mais atento poderia
150 questionar isso judicialmente expondo de uma forma negativa o Comitê. Em relação a proposta
151 ser sugerida para 2019, o membro garantiu que ficou mais tranquilo. Simões informou que
152 existe um estudo de mudança de metodologia que pode impactar positivamente na
153 arrecadação do Comitê ou negativamente para usuário que está arcando com a sua capitação.
154 O membro sugeriu como algo mais prudente que essa votação seja realizada em uma data
155 mais próxima de 2019, pois segundo ele votar hoje em algo que vai aumentar só daqui a um
156 ano é arriscado, pois nesse meio tempo poderá acontecer uma alteração de metodologia
157 mudando esses 25%. A Sr^a. Márcia Cinira Neves (SAAE-VR), disse que quando viu a proposta
158 do aumento de 25% foi contra, porque o gasto do SAAE é muito alto na utilização desse
159 recurso, e o aumento foi em um período muito curto. A diretora frisou que entende que durante
160 muito tempo não teve alteração no valor, mas tendo em vista que foi adiado para 2019 a deixou
161 mais tranquila e concordou com a proposta do Simões (CSN), até mesmo por decorrência da
162 crise precisamos saber até lá se vamos ter condições de pagar esses 25%. A Sr^a. Flávia
163 Cristina A. C. Pires (INB), disse que é importante ter esse recurso, mas o recurso não pode
164 apenas vir dessa fonte porque esse pagamento foi proposto como algo na idealização da lei de
165 uma forma pedagógica para conter o uso da água e evitar o desperdício. E isso é algo que já
166 vem acontecendo e os comitês estão arrecadando menos, por que as instituições que pagam
167 pela água estão desenvolvendo mecanismos de consumir menos. A vice-presidente do Comitê
168 informou que INB vai começar um estudo para começar a reutilizar água da chuva, e os
169 setores industriais já vêm se preparando para isso e assim a bacia fica com uma quantidade de
170 água muito maior. Flávia ainda disse que não tem como resolver todos os problemas da bacia
171 apenas com o recurso do Comitê, segundo ela o Estado tem um recurso que ele recebe das
172 hidroelétricas, no qual 50% deveria ser investido na gestão dos recursos hídricos. Em relação
173 ao aumento dos 25%, a vice presidente disse que é algo que deve ser mais conversado, ela
174 ainda sugeriu que em 2018 seja realizado um encontro com os usuários para discutir melhor de
175 como vai ser realizado esse aumento. E sugeriu que não seja votado durante a plenária, pois é
176 algo que ainda não está consolidado. O presidente informou que há algumas considerações
177 referente à fala do Sr. Simões, ele explicou que há um grupo de trabalho no qual está discutindo
178 a questão da cobrança, e explicou que o Sr. Leonardo Guedes (AGEVAP), é o representante
179 desse grupo. Arimathéa informou que essa não é uma questão fácil resolver por conta da falta
180 de informação de classificação dos nossos rios, e de acordo com a legislação esses rios tem
181 que ser enquadrados. É necessário fazer o enquadramento dos rios e para isso acontecer é
182 necessário um conjunto de informações que nem sempre temos então a partir desse
183 enquadramento é feito a cobrança. O presidente afirmou que isso não é algo que possa ser
184 resolvido no decorrer de 2018. Arimathéa frisou que está é uma questão polêmica, e é algo que



tem que ser pautado para a população, por outro lado de acordo com ele, temos uma sustentabilidade ambiental na qual que o que se deve buscar no ponto de vista do recurso recebido, pelo uso do recurso natural e retornado ao sistema para conservação deste, o nosso sistema no país não é financeiramente equilibrado. O Sr. Leonardo Guedes (AGEVAP), disse que a cobrança foi instituída em 2004 a 0,2 centavos. Em 2014 o INEA lançou um relatório sobre o acúmulo da inflação em todos esses anos e sugeriu o valor de 0,4 centavos. Segundo o especialista ambiental, a proposta da Moema Versiani (INEA) nessa nota técnica é fazer a variação da inflação acumulada de 2014 até 2017, que chega ao valor de 0,5 centavos. Para Leonardo, essa variação no valor não é um aumento e sim um reajuste inflacionário. A Sr^a. Carin von Muhler (UERJ), enfatizou que o reajuste não é um aumento e sugeriu que uma alternativa é diluir esse impacto aumentando 12,5 em 2018 e os outros 12,5 em 2019, facilitando o entendimento das empresas. A Sra. Márcia Cinira Neves (SAAE-VR), informou que pouco menos de um ano esse valor já foi reajustado, e o valor dobrou. A Sr^a. Denise Tomé da Silva (Vale Verdejante), apontou dois pontos o primeiro foi sobre a questão pedagógica, segundo ela, se houver um acerto devido para os cidadãos trabalhando com uma metodologia de não trabalhar com metro cúbico, mas sim com uma outra unidade; o segundo ponto apontado por ela foi em relação as perdas, é uma forma das indústrias perceberem as perdas na linha de distribuição e outros itens. A Sra. Flávia Cristina A. C. Pires (INB), informou que o Comitê já trabalha com esses itens, de acordo com a vice-presidente o que acontece é que diversos outros setores usuários que não pagam e estão com a perda solta. Segundo ela essa é uma questão complexa que deve ser discutida a fundo. O presidente José Arimathéa propôs que seja realizado um encontro específico em questão da cobrança ou uma apresentação da Moema Versiani (INEA) durando uma plenária. Arimathéa sugeriu que fosse suspendida essa avaliação e seja votada na reunião plenária de maio de 2018. Segundo ele se for aprovando as instituições terão um prazo para a elaboração para o ano de 2019. O presidente ainda solicitou aos membros usuários para que ajudem a organizar uma reunião mais esclarecedora sobre o tema. Os membros concordaram em considerar esse encaminhamento. **Pauta incluída: Resolução que aprova ajuda de custo para poder público e usuários em tempos de crise:** O presidente disse que durante a última reunião plenária a Sra. Ive Santos Muzitano (FIPERJ), fez uma solicitação para que os membros do poder público e os usuários recebam ajuda de custo para participarem das reuniões do Comitê por conta da crise financeira, que afetou diretamente os órgãos públicos e privados de Estado do Rio de Janeiro. Após o presidente ler a resolução e os parágrafos foi aberto para discussão. A Sra. Flávia Cristina A. C. Pires (INB), disse que essa resolução foi muito discutida durante a realização da reunião da diretoria realizada durante o XIX ENCOB, e de acordo com ela, muitos membros tanto do setor público quando o usuário estão participando do Comitê sem ajuda, e as instituições não está mais colaborando com a participação dos membros nas reuniões por causa dos cortes de gastos, e para não atrapalhar o bem andamento da participação dos membros uma ajuda financeira seria uma boa alternativa. A vice-presidente ainda explicou que essa resolução pode ser por um tempo determinado. O Sr. Mário Porto dos Santos (APEDEMA-RJ), disse entender a situação, principalmente no Estado, porém ele se colocou preocupado com a saúde financeira do Comitê, qual ser o impacto causado por esses gastos e também como será realizado a fiscalização da requisição desses recursos. O Sr. Markus S. W. Budzynk (Adefimpa-RJ), explicou que o Comitê Pinhabanha já têm essa resolução há mais de dois anos, e concordou com a colocação do Sr. Mario Porto. Segundo Markus, ele transita por outros Comitês e garantiu que sempre há uma desconfiança, principalmente porque alguns recebem diária

dupla, mas parabenizou a iniciativa e concordou com o prazo estipulado. A Sra. Flávia Cristina A. C. Pires (INB), explicou que para evitar a questão da diária dupla foi criado um dispositivo em que a instituição tenha que emitir uma carta garantindo que aquele representante não receberá nenhuma ajuda. Raimundo de Sá e Souza (P.M. Pinheiral), disse que o compromisso da instituição com o Comitê é positiva, e seis meses de implantação é suficiente para dizer se foi positivo ou negativo, principalmente em relação a participação das instituições nas reuniões. Após as manifestações a resolução entrou em regime de votação, e foi aprovada por unanimidade. **Pauta incluída: Alteração da Resolução 63 de 2017;** O Sr. Arimathéa explicou que essa resolução fala sobre critérios de solicitação de apoio a comitês de bacias para a realização de eventos de trabalho. O presidente falou que o Comitê está em um trabalho dinâmico em Volta Redonda existe uma unidade de conservação chamado ARIE Floresta da Cicuta e esta é um dos últimos remanescente de mata atlântica na região, de acordo com ele o Comitê foi convidado para fazer uma ajuda em um projeto de pesquisa na instituição. O presidente disse que o Comitê teve uma grata satisfação apoiando a pesquisa de conservação da biodiversidade da floresta. Ele explicou que em vários pontos da florestas são montadas armadilhas fotográficas que são acionadas pelo sensor de presença. Essa ajuda do Comitê foi de aproximadamente mil reais para compra de filmes fotográficos. De acordo com o presidente esse resultado foi apresentado no seminário do projeto da Cicuta e foi prorrogado para mais seis meses, por com da quantidade de fotografias nos pontos delimitados. Arimathéa garantiu que seria muito prejudicial não dar esse apoio financeiro para ajudar na pesquisa. Porém conforme essa resolução não haveria possibilidade de ajudar, e por isso surgiu a ideia de propor uma alteração é modificar o artigo 5º da outra resolução. A Sra. Daniela Vidal Vasconcelos (P.M. Volta Redonda), disse que em relação a unidade de conservação não havendo CNPJ talvez seria um órgão gestor de unidade de conservação que vem através do ICMBio, pois a floresta da Cicuta é apenas uma área de conservação. A Sra. Flávia Cristina A. C. Pires (INB), explicou que essa resolução teria que ser mexida em qualquer momento e provavelmente ainda haverá reajustes. O Sr. Paulo Eugenio (AGEVAP-UD1), explicou que a resolução apoia um evento específico não é um apoio às instituições. O Comitê avalia o evento, onde ele vai estar, o que esse evento traz de bom para a região. Em seguida o presidente solicitou que fosse entrada em regime de votação e não havendo manifestação contrária a alteração foi aprovada. **5. Reativação, com definição de membros do GT Educação Ambiental;** O Sr. Paulo Eugenio (AGEVAP-UD1), sugeriu que os membros que estão presentes e querem participar e para os restantes que seja encaminhado em e-mail. O Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ), também sugeriu que no caso deste grupo de trabalho que fosse desenvolvido por pessoas que não necessariamente fazem parte do Comitê como a professora Márcia da Universidade Severino Sombra que trabalha nessa linha e também disse que na IFRJ têm uma outra professora que o presidente tem interesse no trabalho dela para o Comitê, para ele essa é uma oportunidade de trazer outras pessoas para vivenciar essa realidade. A Sra. Flávia Cristina A. C. Pires (INB), apesar de elaborar o projeto de educação ambiental e ter interesse de colocá-lo em andamento, não pode participar do grupo, pois a mesma já faz parte da diretoria, além de fazer parte do conselho do Parque Nacional de Itatiaia e sair da empresa é complicado. De acordo com a vice-presidente, seria de grande satisfação e aprendizado fazer parte do grupo, porém ela só tem 25 dias por ano para participar das atividades e não tem mais como se envolver outros grupos. **6. Definição dos 3 membros para compor Comissão julgadora do Concurso de Fotografia;** Ficou definido que os membros juris serão os membros Edna Andrade de Azevedo (P.M. Quatis), José Arimathéa Oliveira



(IFRJ) e Carlos Eduardo Martins de Souza (ACAMPAR-RJ). **Pauta incluída: ajuda de custo para a participação da câmara técnica na plenária;** O presidente explicou que o Comitê tem a situação que está acontecendo hoje, que é a Sra. Carin von Muhler (UERJ), ela é coordenadora da câmara técnica, porém ela é suplente na plenária, por esse motivo ela não tem direito a ajuda de custo nas reuniões quando o titular vem. Arimathéa ainda disse que essa situação é complicada, pois há uma necessidade da presença da coordenadora nas reuniões. Ele ainda explicou que essa ajuda de custo continua com a mesma formalidade mapeando a distância e calculando o valor em cima da quilometragem. Os membros concordaram e a ajuda de custo foi aprovada. **Pauta incluída: participação no Fórum Mundial;** Arimathéa sobre a participação no Fórum Mundial. Segundo ele, o diretório realizou uma reunião sobre esse tema para apresentar à plenária no qual foi aprovado a participação de duas pessoas com as despesas paga pelo Comitê que seria o presidente e a coordenadora da câmara técnica. O presidente ainda contou que a Sra. Carin recebeu uma carta aprovando a participação dela como mediadora de uma das mesas. Arimathéa propôs a participação dele representando o Comitê e da Carin representando a Câmara Técnica. O Sr. Mário Porto dos Santos (APEDEMA-RJ), questionou qual o papel que o Comitê está sendo montado nesse fórum, e qual o posicionamento dos Comitês de uma forma geral, vendo que existe muita exclusão na montagem do fórum. A Sra. Carin von Muhler (UERJ), explicou que o Fórum Mundial têm essa característica por ter uma dimensão global e esse formato estabelecido onde quer que ocorra. A coordenadora ainda afirmou que o Comitê deve fazer parte desse processo mundial até mesmo para propor um outro fórum que seja social. A Sra. Flávia Cristina A. C. Pires (INB), disse que em relação a qual papel o Comitê vai montar é exatamente apresentar qual o papel dele na sociedade, mostrando a nossa realidade e necessidade. A Sr. Carin ainda complementou dizendo que um outro objetivo é colocar o Comitê nas palestras temáticas. O Sr. José Arimathéa Oliveira (IFRJ), encerrou esse item falando que a proposta é discutir a privatização do sistema de água, do desmoronamento dos sistemas naturais de produção de água e se posicionar e defender esses espaços. **7. Assuntos Gerais;** Não houve. **8. Encerramento;** Nada mais havendo a tratar, a reunião foi encerrada pelo Presidente do Comitê da Bacia da Região Hidrográfica do Médio Paraíba do Sul, tendo a presente Ata sido lavrada por mim, Felipe Rodrigues, Estagiário de Comunicação da AGEVAP UD1 e, depois de aprovada, foi assinada pelo Sr. José Arimathea Oliveira (IFRJ).

Volta Redonda, 28 de novembro de 2017.


José Arimathea Oliveira
Presidente

Encaminhamentos: 1. Elaborar planilha do resultado da dinâmica do rio que temos e rio que queremos; 2. Organizar Oficina de Cobrança antes de maio; 3. Elaborar Carta indicando representante pro Fórum Mundial da Água.



Lista de Presença:

Membros representantes do Poder Público (2015/2017): Ive Santos Muzitano (FIPERJ), Guilherme Silva Gudes (P.M. Rio das Flores), Daniela Vidal Vasconcelos (P.M. Volta Redonda), Edna Andrade de Azevedo (P.M. Quatis), Valter Lúcio da Silva (P.M. Itatiaia), João Emilio F. Rodrigues (P.M. Rio Claro), Raquel de Oliveira (P.M. Vassouras), Raimundo de Sá e Souza (P.M. Pinheiral).

Membros representantes dos Usuários (2015/2017): Antônio Carlos Simões de S. Filho (CSN), Flávia Cristina A. C. Pires (INB), Rinaldo José da Silva Rocha (Light/SA), Márcia Cinira Neves (SAAE-VR).

Membros representantes da Sociedade Civil (2015/2017): Mário Porto dos Santos (APEDEMA-RJ), Denise Tomé da Silva (Vale Verdejante), Délio Guerra Filho (Cúria), José Arimathéa Oliveira (IFRJ), Markus S. W. Budzynk (Adefimpa-RJ), Carlos Eduardo Martins de Souza (ACAMPAR-RJ), Luis Felipe Cruz Lenz Cesar (Crescente Fértil), Carin von Muhler (UERJ).

Ausência justificada: Renato Camerano da Costa (P.M. Barra do Pirai); Joubert Geraldo Neves (FIRJAN); Thiago Guedes de Freitas (Água das agulhas negras);

Convidados: Camila Riquete (UFF), Márcia Sena (USS), Paulo Cassino (USS), Wilson Duarte (ALERJ), Thais de Assis (Aeasuf).

